



[Handwritten signature]

----- ACTA Nº 01/2017 -----

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO
DOIS MIL E DEZASSETETE: -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e
dezassete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho,
reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, para discutir os
assuntos constantes da convocatória número um/dois mil e dezassete.-----

----- A Mesa foi constituída por: -----

Presidente – José Manuel Gonçalves Bastos. -----

Primeiro Secretário – Paula Cristina Pereira Gonçalves e Álvaro. -----

Segundo Secretário – Maria Luísa Alves Carneiro Tojal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. Feita a
chamada verificou-se a **presença de trinta** deputados sendo eles: José
Manuel Gonçalves Bastos, Francisco Freitas Sousa Magalhães que substituiu
Adelino Ricardo Martins Pereira, José Carneiro de Oliveira Neto, Carla
Susana Martins de Moura, Rui Cândido da Cunha Andrade que substituiu
Maria da Conceição Marques Nunes, Miguel João Coelho da Costa, José
Manuel Nunes de Freitas Abreu que substituiu Manuel Lino Leão Moreira
Machado, João Viriato Nogueira de Moura Vasconcelos, Manuel Carlos
Neto Salgado, Susana de Jesus de Matos Gomes, Paula Cristina Pereira
Gonçalves e Álvaro, Ângelo de Jesus Ribeiro Barbosa, Luís Miguel Pereira
Carneiro que substituiu José Luís Ribeiro Gomes da Costa, Casimiro Brito
de Moura que substituiu Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira, Abílio



Ferreira da Costa Fernandes, Sandra Maria Ferreira de Brito, Maria Luísa Alves Carneiro Tojal, David Taipa Coelho, Luís Miguel dos Santos Martins, António José Fernandez Fernandez, Armandina Eduarda Ferreira Santos Loureiro, Ernesto Ferreira Lopes, Luís da Costa Neto que substituiu António Filipe Bessa Marques, Luís Nunes da Silva, José Carlos da Costa Souto, Serafim Dias Leal, Artur Alexandre Soares da Costa, António Duarte Dias de Carvalho, José Manuel Ferreira que substituiu Joaquim Machado dos Santos e Rui Filipe Coelho Barbosa e a **ausência** de José Maria Gomes Matos, Armanda Isabel Pinto Taipa Pereira Fernandez e Carlos Alberto Silva Coelho. -----

----- Na bancada da Câmara Municipal marcaram presença o Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores Paulo Sérgio Barbosa, António Marques Pereira que substituiu Pedro Pinto, António Coelho e Joaquim Sousa e a ausência de Alice Costa e Filomena Silva. -----

----- A Assembleia Municipal considerou, por unanimidade, as faltas justificadas. -----



----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO RESERVADO AO PÚBLICO -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** deu por aberto o período de intervenção reservado ao público. Interveio o Senhor **José Augusto Brandão**, da freguesia de Paços de Ferreira, que falou de vários assuntos relacionados com concelho. O Senhor **Duarte Dias**, da freguesia de Modelos, para dar nota da necessidade de publicitar as Assembleias Municipais. Agradeceu o facto do Senhor Presidente pelo facto de ter desbloqueado a situação da “100 metros”. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre para quando a entrada em vigor do novo modelo de tarifário da água e saneamento, tendo, ainda, questionado o Senhor Presidente da Câmara se o mesmo cumpre a promessa para redução de metade do valor a pagar e prevê a eliminação da taxa de disponibilidade. O Senhor **Floriano Silva**, de Paços de Ferreira, solicitou que as Assembleias Municipais, sejam mais publicitadas. O Senhor Martins, da freguesia de Paços de Ferreira, também faz referência há necessidade de publicitar melhor as Assembleias Municipais. De seguida faz várias propostas de melhoria para o concelho, nomeadamente através da dinamização cultural do Parque Urbano, com concertos aos fins de semana e feriados e que, esse espaço, fosse exclusivamente dedicado às raízes do nosso concelho. Sugere ainda que fosse dado prioridade às associações e “cantores” do nosso concelho. -----

----- O Senhor Presidente da mesa deu como terminada a intervenção do público e esclareceu que, em relação às questões colocadas em torno das publicitações das Assembleias Municipais, as mesmas, têm seguido o que



está estipulado na lei. De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às intervenções do público presente. ----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra e em relação à intervenção do Senhor José Augusto Brandão referiu que estão a ser levadas a cabo várias intervenções de requalificação das vias do concelho, onde se inclui a Rua Vale Martinho. Sobre a intervenção do Senhor Duarte Dias disse que o novo tarifário não prevê consumos mínimos, pelo que o consumidor só pagará aquilo que efetivamente consumir, existindo uma redução efetiva do tarifário e a eliminação da taxa de disponibilidade. Em relação à intervenção do Senhor Martins, lembra-o que as propostas por ele apresentadas, foram delineadas no seu gabinete (Gabinete do Presidente da Câmara), aquando de uma reunião entre ambos. -----



-----**ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**-----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** que iniciou este período antes da ordem do dia para solicitar um minuto de silêncio em memória do pai do Senhor Professor Arménio da Assunção Pereira. -----

----- Seguiu-se um minuto de silêncio. -----

----- Retomados os trabalhos usou da palavra o Deputado Miguel Costa para recordar Mário Soares, falecido a sete de janeiro do corrente ano, como uma figura incontornável do Século XX, tendo de seguida feito uma breve incursão pela sua vida política, tendo realçado o seu papel determinante no nascimento e consolidação do regime democrático em que vivemos hoje. Termina a sua intervenção fazendo alusão à sua memória e como sinal de profundo reconhecimento por tudo o que fez pelo nosso país propõe, em nome da bancada do Partido Socialista, que seja guardado um minuto de silêncio. Aproveitou, ainda, a sua intervenção para fazer um minuto de silêncio em memória do pai do Senhor Presidente da Junta de Eiriz. -----

----- Seguiu-se um minuto de silêncio. -----

----- Retomado o período antes da ordem do dia o Senhor Presidente da Mesa abriu as inscrições. Tomaram a palavra: -----

----- O Deputado **Miguel Martins** que em nome da bancada do Partido Social Democrata, deu nota que o presente mandato está a cerca de oito meses do seu final, pelo que considerando o período pré-eleitoral que se avizinha, propõe a necessidade de ser feita uma reflexão coletiva sobre o caminho que a política autárquica está a tomar no concelho. Nessa linha de



pensamento afirma que, desde o início, desde do início do mandato que o discurso do Senhor Presidente da Câmara tem como único sentido lançar suspeições e insinuações sobre o desempenho do anterior executivo municipal, designadamente sobre o anterior Presidente da Câmara e os seus Vereadores e sobre a honorabilidade no desempenho das funções para que foram legitimamente eleitos, tendo, na maior parte das vezes, não se limitada a questões de natureza política e entrada na esfera da dignidade pessoal. Tal atitude, afirma, deve-se ao facto do Partido Socialista e o Senhor Presidente da Câmara Municipal não conseguirem conviver com o passado e quererem a todo o custo denegrir o património histórico do concelho e o papel que o Partido Social Democrata e seus autarcas tiveram na sua construção. Na sua opinião tal atitude deve-se ao facto do Partido Socialista e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que por não terem passado político, acreditarem que têm legitimidade para fazerem juízos de valor sobre a boa fé das decisões dos autarcas do Partido Social Democrata e recorrer a uma atitude inquisitória para questionar, mesmo judicialmente, a regularidade das decisões e o seu acerto político. Prosseguiu a sua intervenção deixando um alerta, que o Partido Social Democrata, quer deixar bem claro que repudia este estilo político adotado pelo Senhor Presidente da Câmara e do Partido Socialista e que, o Partido Social Democrata está determinado em demonstrar a convicção do acerto das decisões tomadas e das suas posições políticas. *“Estamos certos que o tempo nos dará razão”*. Finalizou a intervenção deixando um apelo, uma vez que se aproximam as eleições autárquicas, que resistam às tentações de populismo e que a base da



[Handwritten signature]
10/09/13

discussão política seja a divergência e confronto de ideias e propostas sobre o bem-estar da população e o desenvolvimento do nosso concelho. -----

----- O Deputado António Fernandez que iniciou a sua intervenção fazendo referência ao facto da PFR Invest ter voltado a ser notícia, designadamente através de decisões relativas a processos pendentes na justiça e dando ainda nota que a empresa não tinha qualquer viabilidade financeira, razão pela qual foi declarada insolvente. Fez também referência ao facto de ter tomado conhecimento que na sequência de uma ação cível intentada pela Caixa Geral de Depósitos, a mesma foi julgada improcedente e como tal o Município não tem que suportar qualquer dívida contraída em nome da PFR Invest. Da sentença resulta ainda que da forma como a gestão do empréstimo de milhões foi gerida, quer pela Instituição Financeira, quer pelos responsáveis autárquicos de então, contém factos que, deverão ser merecedores de uma investigação autónoma por parte do Ministério Público, Inspeção Geral de Finanças e Tribunal de Contas. Perante este acontecimento afirma que nunca é de demais recordar que o Partido Socialista jamais acreditou na Viabilidade da PFR Invest, razão pela qual votaram contra aquando da sua criação em 2007. No entanto afirma que não se limitaram a votar contra, como alertaram, inúmeras vezes, que este era um projeto megalómano, insustentável economicamente e que conduziria a empresa para uma situação de total incapacidade financeira, tendo, inclusive, desde 2007, contestado os relatórios e contas apresentados, considerando, os mesmos, um embuste. O mesmo adjetivo foi usado para definir a forma como estava a ser alienado o património do Município a favor da empresa municipal. *“Até à mudança política ocorrida em setembro de 2013, no papel*



tudo parecia correr bem, mas era pura ficção". De entre o rol de ilegalidades evidencia um empréstimo outorgado em 2008, entre a PFR Invest e a Caixa Geral de Depósitos, em que esta instituição financeira concedeu um empréstimo de 20 milhões de euros. De acordo com o contrato em causa, a PFR Invest deveria começar a amortizar o referido empréstimo em 2010, não tendo, no entanto, sido pago, até à data da sua insolvência, um único cêntimo. Pelo que lamenta que estas situações, e outras situações similares, tenham sido deliberadamente escondidas das contas oficiais, uma vez que os Relatórios e Contas da PFR Invest referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013, em parte alguma referiam que a empresa estava numa situação de incumprimento junto da banca. Responsabilizando diretamente os autarcas de então por esta situação não descuro o papel dos bancos uma vez que considera que também *"patrocinaram esta triste história"*, ao injetarem milhões de euros num projeto que, se sabiam, não era viável. Na verdade, afirma que devido ao facto de mais de 90% da dívida ser resultante de empréstimos bancários, competiria aos bancos em causa assumirem, desde o início, a sua cota de responsabilidade, disponibilizando-se para uma eventual tentativa de impedir a insolvência desta empresa municipal. No entanto, deunota que a banca mostrou-se irredutível, confiante que no final a Câmara Municipal passaria um cheque de 50 milhões de euros e *"tudo ficaria como dantes no quartel de Abrantes"*. No que concerne à Caixa Geral de Depósitos, baseava-se no facto de existir uma carta de conforto, emitida pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, através da qual esta garantiria o pagamento do empréstimo, no caso da PFR Invest entrar, como aconteceu logo em 2010, em situação de incumprimento. No entanto exista um



problema uma vez que esta carta de conforto nunca passou, formal ou até mesmo informalmente, em Reuniões do Executivo ou Assembleia Municipal, pelo que, tratou-se de um acto absolutamente ilegal e eticamente inaceitável. Com esta atitude a anterior liderança, às escondidas de todos os eleitos e consequentemente dos cidadãos, tentou garantir a um banco, que em caso de incumprimento por parte da PFR Invest assumiria as dívidas. Termina fazendo referência que o atual Presidente da Câmara Municipal e sua “*equipa*” desde o início sempre recusaram aceitar, ou seja, que fosse transferido para o povo do nosso concelho as consequências de todas as “*matrafices*”, pelo que fica feliz que, em 1ª Instância, a justiça tenha dado razão à Autarquia. -----

----- O Deputado **David Taipa** interveio para falar sobre o anúncio da redução do tarifário da água e do fim da tarifa de disponibilidade, dando nota que a decisão fará com que a partir do próximo mês de maio, o Paços de Ferreira deixe de ser o concelho com a água mais cara do país. Considera que este foi o culminar de um trabalho muito duro e difícil, liderado pelo Senhor Presidente da Câmara, que contou com “*várias pedras*” no caminho. Relativamente ao resultado, considera essencial analisar o ponto de vista do cidadão comum, mas também do ponto de vista do Município. Quanto ao cidadão comum, afirma que nenhum, dos presentes, discordará do mérito e da justiça da decisão da Câmara Municipal em forçar a redução da fatura da água, pelo que está certo que ambas as bancadas (PS e PSD), “*aplaudem em conjunto*” o facto dos pacenses, dentro de três meses, passarem a pagar bastante menos por um bem essencial. Quanto ao impacto que pode ter o Município refere que tendo em conta o clausulado do contrato a que juntam



algumas decisões tomadas até 2013, que culminaram com um pedido de reequilíbrio por parte da concessionária junta do anterior executivo municipal, só restavam duas soluções, a saber: nada fazer ou tentar obter o melhor acordo possível. Destas soluções o atual executivo optou pela segunda e, nesse sentido, encetou junto da concessionária, um acordo que permitisse reduzir o valor da indemnização a que, contratualmente, tinha direito, solicitando, ainda, uma redução dos preços aplicados no fornecimento de água. Pelo que, afirma que, ficou feliz não só por esse acordo ter sido conseguido, mas também por ainda ter sido conseguido a Construção de uma nova ETAR, a conclusão da rede de água e saneamento do concelho, reabilitação das estradas na freguesia de Sanfins e um ponto final na possibilidade de novos pedidos de reequilíbrio até ao final do prazo da concessão. Aproveitou para reconhecer o mérito do Senhor Presidente da Câmara, que apesar da ERSAR não ter sido uma aliada no processo, mostrando-se sempre contra o mesmo, isso não ter sido motivo para seguir aquilo que defende e que considera que é melhor para os paçenses. Finalizou a sua intervenção fazendo uma referência à presença no verão passado, do Líder do Partido Social Democrata, Dr. Passos Coelho, que na sua intervenção mencionou que *“Em 2013, durante a campanha eleitoral autárquica os socialistas de Paços de Ferreira quiseram, a propósito de uma situação que era complicada e que envolvia decisões difíceis quanto ao preço da água, criar a ideia de que as dificuldades podiam ser evitadas e que, tudo se resolveria a contento, a custos muito baixos e com vantagens para toda a gente. Quer dizer, como ilustra a realidade que não mudou nem um centímetro desde que esse debate teve lugar nessas eleições, quem fez*



essas promessas sabia bem, que estava a prometer o que não tinha sentido. E por isso não pôde concretizar, nem irá concretizar. Acho que as pessoas perceberam o que se passou. De certa maneira sentem-se hoje defraudadas por lhes ter sido colocada uma possibilidade, que no fundo era uma falsa possibilidade". Pelo que afirma que a verdade é que a realidade mudou e o Partido Socialista sempre considerou que essas promessas faziam sentido e por isso é que lutou por elas. -----

----- O Deputado **Rui Andrade** colocou duas questões ao Senhor Presidente da Câmara uma relacionava-se com a possibilidade de existirem trabalhadores reformados a trabalhar no Município e a outra com o facto de existir no Município o Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho. -----

----- O Deputado **Miguel Martins** solicita ao Senhor Presidente esclarecimento sobre se o memorando foi assinado e, se foi assinado, quando e por quem. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra e, em relação à intervenção do deputado Rui Andrade, deu nota que desconhecia que existissem pessoas aposentadas a exercer funções no Município. Em relação ao facto de existir o Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho afirmou que o mesmo não existe como também não existia no anterior executivo, no entanto pensa que até ao final do não esse assunto estará resolvido. Em relação à intervenção do deputado Miguel Martins informou que o memorando está assinado pelo que basta consultá-lo. -----

----- Findas a intervenções e a resposta do Senhor Presidente da Câmara, às mesmas, o Senhor Presidente da Mesa deu como concluído o período antes da ordem do dia. -----



----- **ORDEM DE TRABALHOS** -----

----- **PONTO UM** -----

----- APROVAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2016.-----

----- Submetida à discussão a deputada Paula Gonçalves propõe a alteração da ata da sessão de vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e dezasseis, a folhas dezoito e dezanove, no sentido de existir uma maior precisão no relato dos factos. Assim as intervenções da página dezoito da deputada Paula Gonçalves e do Senhor Presidente da Câmara devem ter a seguinte redação: -----

----- “A deputada **Paula Gonçalves** após ter sido acusada de plagiar o discurso do 25 de Abril, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que apresentasse nesta Assembleia as provas, uma vez que, não é verdade o que afirmou. -----

----- O **Presidente da Câmara Municipal** aconselhou-a a apresentar queixa ao Ministério Público.”. -----

----- Em relação à intervenção feita página dezanove pela deputada Paula Gonçalves deve ter a seguinte redação: -----

----- “A deputada **Paula Gonçalves** disse que “fico chocada com o ataque pessoal que faz às pessoas, eu nunca plagiei discurso nenhum. Não é a primeira vez que me ameaça, já o fez SMS, está guardada no meu telemóvel...”. -----



----- O Senhor **Presidente da mesa** deu por aberta as inscrições: -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** entregou à mesa documentos tendo solicitando que os mesmos fizessem parte da ata. Deu ainda nota que, do maço de documentos, constam provas que efetivamente o Deputada Paula Gonçalves plagiou o discurso que fez no dia 25 de abril de 2014. -----

----- A deputada **Paula Gonçalves** interveio para afirmar que a atitude do senhor Presidente da Câmara serve para definir o seu carácter, que não sabe lidar com a crítica e, como sempre, ataca e intimidas as pessoas. Esclarece que, como sempre, afirmou que nunca houve plágio. Recorda que o discurso, ora tratado, data de 25 de Abril de 2014, e que, como o Senhor Presidente de Câmara não tem mais nada a apontar, refere sempre a mesma coisa. Refere que quando foi acusado de ter plagiado o discurso do Presidente da Câmara de Barcelos teve o cuidado de fazer uma comparação com o seu. O seu discurso faz referência a um poema de Jorge Sena, no qual é feita a menção ao respetivo autor. De seguida, fale das mulheres na política, por fim, sendo à data Deputada da Assembleia da República, deunota que existem efetivamente duas ou três frases plagiadas, de dez ou quinze presidente de câmara, utilizadas por todos e cujo os autores se perdem no tempo. Pelo que, conclui que, a postura do Senhor Presidente de Câmara, revela o seu carácter e a sua atitude incriminadora e ameaçadora, e apela a todos que leiam o seu discurso e que vão à Internet, podendo constatar, dessa forma, que não existe qualquer plágio, há exceção de duas ou três fases, já referidas anteriormente. Termina a sua intervenção lamentando a atitude do Senhor Presidente de Câmara e dirigindo-se à sua pessoa disse: “sabe uma



coisa Senhor Presidente o Senhor nem para ser plagiado serve.”. Finda a intervenção disse que é sua intenção abandonar a Assembleia em nome da honra e do bom nome. Tendo ainda antes de se retirar dirigido novamente ao Senhor Presidente da Câmara e disse “o Senhor há cerca de um mês atrás disse que eu não plagiei um discurso, mas vários. Senhor Presidente, isso é de quem anda com muito má memória, por isso dou-lhe um conselho trate-se, por favor!”. -----

----- De seguida interveio O **Presidente da Câmara** e pediu mais respeito, não só por ele, mas também pelas pessoas presentes. Pelo que solicita que as palavras proferidas pela Deputada Paula Gonçalves sejam refletidas na ata. Esclarece que, aquilo que fez em defesa da verdade e em defesa do seu nome, foi demonstrado de forma simples e objetiva que o discurso proferido pela Senhor Deputada no dia 25 de abril de 2014 tinha sido plagiado. Deu nota que pediu certidão à Câmara Municipal, tendo a mesma sido entregue à mesa, juntou ainda três documentos, que também entregou à mesa e a cada umas bancadas, que continham três discursos que foram integralmente copiados os textos, pela Senhor Deputada *ipsis verbis*, vírgula a vírgula. Disse ainda que do lote de documentos consta, ainda, a mensagem que enviou à Deputada Paula Gonçalves. Afirmo que é uma questão factual e perante os factos basta comparar os textos e ver qual foi plagiado. Conclui que “*não é uma afirmação é uma questão de factos e que contra factos não há argumentos.*”, e que a atitude da deputada demonstra uma falta de ética da vida política. -----



Terminada as intervenções e submetida a votação, a mesma, foi aprovada por maioria, com as alterações propostas pela deputada Paula Gonçalves, com vinte e cinco votos a favor e seis abstenções. -----

----- APROVAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2016.-----

----- Submetida à discussão a ata da sessão de vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e dezasseis, a mesma, foi aprovada por maioria com vinte e três votos a favor e oito abstenções. -----



-----**PONTO DOIS**-----

----- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Mesa** para iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Tomou a palavra o Senhor Deputado **Miguel Pereira** que deu nota que solicitou o contrato que esteve na origem da contratação da pista de gelo, bem como, a presença na Assembleia do Senhor Administrador da Gespaços, com o objetivo de explicar o contrato, pelo que, questiona o Senhor Presidente porque é que ainda não foi cumprida essa solicitação. -----

----- O Deputado **Abílio Fernandes** fala do ano da igualdade e da necessidade de fazer melhores acessibilidades, por forma a tornar melhor os acessos a todos. Quanto à informação escrita do Senhor Presidente deu nota que no respeita ao Ambiente, o mesmo, considerado é uma área extremamente importante e estruturante para o concelho, compara a mesma com a ênfase que é dado ao ambiente no site do Município e o apelo à reciclagem e às políticas ambientais. Pelo que questiona o Senhor Presidente da Câmara quais são as políticas ambientais que têm sido adotadas e quais são as ações que têm sido postas em prática. Questiona ainda porque é que o Ecocentro Está fechado ao sábado e quais são o valor das taxas de reciclagem do concelho. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

----- O Deputado **José Neto** iniciou a sua intervenção dando nota que se deve aplaudir as coisas quando devem ser aplaudidas e criticar quando as coisas devem ser criticadas. Se há plágio ou se não há plágio por parte da deputada Paula Gonçalves, parece-lhe irrelevante, uma vez que tem a certeza que a deputada tem muita capacidade, pelo que não vê qualquer necessidade de ter plagiado. Apoiou a medida de distribuir fruta nas escolas, considera que é de salutar uma vez que 60% dos nossos jovens têm alto teor de gordura. Apoiar também a sensibilização da arte Musical. Mas considera que podiam ir mais longe. Considera, ainda, que Banda merecia uma casa das artes, pelo que sugere, que poderia ser no Parque da Cidade. Deu ainda nota que deveria ser dada oportunidade às associações culturais é a pedagogia da música. Terminou a sua intervenção com um apelo à participação, no dia 21 de abril, nas décimas quartas Jornadas Medico Desportivas. -----

----- O Deputado **Miguel Costa** deu nota que a Informação escrita apresentada demonstra enorme trabalho, revelando estratégia e planeamento. Afirma que o trabalho é a prova e é a vitória de um concelho. No entanto considera que este enorme trabalho não seria possível sem os Pacenses. Pelo que conclui que o sucesso é o resultado de todos e de estarem a remar todos para o mesmo lado. Terminou a intervenção com a frase "*Estamos no caminho certo.*". -----

----- O Deputado **Miguel Martins** lamenta que tenha havido uma tentativa de assassinato em relação à Deputada Paula Gonçalves. De seguida solicitou uma cópia do memorando assinado. Constata na informação do Senhor Presidente não existe qualquer menção às cinco empresas que se



internacionalizaram. Considera que deviam era implementar a Capital do Móvel. -----

----- O Deputado **João Vasconcelos** disse que quanto às cinco empresas internacionalizadas, foram muito mais do que o anterior executivo internacionalizou. -----

----- O Deputado **David Taipa Coelho** considera que já não faz sentido continuar a falar da pista de gelo. Quanto às críticas apresentas pela bancada do Partido Social Democrata às políticas adotadas pelo atual executivo, nomeadamente sobre o ambiente, o Ano Municipal da Igualdade, solução para a água, considera que só criticam, mas não apresentam quaisquer soluções. Pelo que considera que é necessário assumir as funções dos cargos que ocupam. -----

----- O Deputado **Miguel Martins** afirma que "*Nós nunca fugimos. O povo decidiu, nós assumimos.*" -----

----- O Deputado **Miguel Pereira** informa que as suas duvidas quanto à legalidade do contrato sob a pista de gelo são legítimas, bem como se alguém beneficiou com o mesmo, tanto é que estão a ser objeto de investigação. O facto de o contrato ter sido feita pela Gespaços, não exonera o Presidente da Câmara de culpa uma vez que é ele que escolhe o administrador da empresa. No entanto reitera o pedido de o administrador da Gespaços vir à assembleia explicar como foi feito o contrato. Sobre a Casa da Juventude disse que não sebe o que se passa no Conselho Municipal da Juventude. Disse que foi convocado para o último Conselho Municipal da Juventude a ter lugar no dia quatro de julho, como não era possível estar presente, deu nota que estaria disponível para estar presente numa outra data a agendar, caso na agendada



[Handwritten signature in blue ink]

não houvesse quórum. No entanto, disse que, foi informado que o Conselho Municipal de Juventude reuniu no dia marcado e mesmo sem quórum deliberou sobre todos os pontos da ordem do dia. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção dando nota que percebe que o Partido Social Democrata esteja derrotado, esteja desgastado, pelo facto de estarem a ser cumpridas as metas do orçamento, exista uma efetiva redução da dívida municipal ao ano, de cerca de cinco milhões de euros. disse que podia falar dos manuais escolares, do apoio à economia, da redução da taxa de desemprego, enquanto o Partido Social Democrata esbanjou 80 milhões de euros. Pelo que questiona “*Quem é que está a encher os bolsos?*”. Disse ainda que sabe o os membros do Partido Social Democrata estão nervosos, abatidos, mas têm que respeitar a democracia. Quanto aos ataques pessoais à sua pessoa nos jornais, deu nota que não ficará calado e que exercerá o seu direito à defesa. Sobre a pista de gelo, informa que, a mesma, está a ser feita a sua investigação. No que respeita à Gespaços e em relação ao Administrador lembra que no anterior executivo o administrador da Gespaços ganhava tanto como o Presidente de Câmara. Lembra, ainda que, desde que o atual executivo tomou posse conseguiu reduzir a dívida da empresa em 1 milhão de euros. Pelo que conclui “*se alguém andou a encher os bolsos não fomos nós.*” -----

Em relação ao ambiente considera que é muito triste ouvir o Partido Social Democrata falar de ambiente, quando deixou 15 milhões de dívidas à SUMA e AMBISOUSA. No que respeita ao ambiente lembra que a ETAR também é estruturante, pelo que conseguiram uma candidatura que permite a Câmara Municipal proceder à sua ampliação e remodelação. Deu nota que o nosso



concelho é o que tem mais compustores e que em breve serão distribuídos mais 2000. Deu ainda nota que nunca foram plantadas tantas árvores como agora. -----

Disse ainda que *“É com tristeza que quando fazemos jornadas não aparece ninguém do Partido Social Democrata. Não aparecem aqui e depois criticam tudo e todos.”* -----

Aproveitou a intervenção para realçar o trabalho feito pelos Vereadores do Partido Socialista, nomeadamente o trabalho de grande relevo do Senhor Vice-Presidente, Dr. Paulo Sérgio. Considerou o trabalho da Dr.^a Filomena extraordinário, a título de exemplo falou de Paços com sorriso (higiene oral), em que mais de 700 crianças tiveram apoio e higiene oral. Também realçou Paços com Sorriso. -----

Conclui a intervenção afirmando que *“Esta é a grande diferença do Partido Social Democrata. Nós trabalhamos pelas pessoas. Agora é um Concelho onde vale a pena viver.”*. -----



-----**PONTO TRÊS**-----

----- CRIAÇÃO DA AUTORIDADE DE TRANSPORTES PREVISTA
NA LEI Nº 52/2015; APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO
INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
DO MUNICÍPIO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA
E SOUSA; PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Submetida à discussão a proposta apresentada, a mesma, foi aprovada
por unanimidade. -----



[Handwritten signature]

PONTO QUATRO

PEDIDO DE CERTIDÃO RECONHECIMENTO DE
INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - REQUERENTE JOSÉ LUIS
MARTINS LEAL.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições.

Não houve inscrições.

Submetida à discussão a proposta apresentada, a mesma, foi aprovada
por unanimidade.



-----**PONTO CINCO**-----

----- PEDIDO DE CERTIDÃO RECONHECIMENTO DE
INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - REQUERENTE SARIMÓVEIS -
INDÚSTRIA DE IMOBILIÁRIO, LDA. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Submetida à discussão a proposta apresentada, a mesma, foi aprovada
por unanimidade. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

-----**PONTO SEIS**-----

----- PEDIDO DE CERTIDÃO RECONHECIMENTO DE
INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - REQUERENTE ANTÓNIO
GUIMARÃES TEIXEIRA. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Submetida à discussão a proposta apresentada, a mesma, foi aprovada
por unanimidade. -----



-----PONTO SETE-----

----- PEDIDO DE CERTIDÃO RECONHECIMENTO DE
INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - REQUERENTE NELSON
ALBERTO LEAL SOUSA. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Submetida à discussão a proposta apresentada, a mesma, foi aprovada
por unanimidade. -----



PONTO OITO

----- DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31 DE
DEZEMBRO DE 2016 E DECLARAÇÃO COM TODOS OS
PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31
DE DEZEMBRO DE 2016. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Submetida à discussão a proposta apresentada, a mesma, foi aprovada
por unanimidade. -----



-----PONTO NOVE-----

----- REVISÃO ORÇAMENTAL Nº 1/2017 - INSCRIÇÃO DE
RUBRICA ORÇAMENTAL DE RECEITA - 010205 DERRAMA. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Submetida à discussão a proposta apresentada, a mesma, foi aprovada
por unanimidade. -----



-----**PONTO DEZ**-----

----- P 17803/15.4T8LSB; AUTOR: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.; RÉU: MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA; REMESSA DA SENTENÇA JUDICIAL PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- O Deputado **Abílio Fernandes** considera que se abriu um precedente trazer a esta assembleia uma decisão que ainda não transitou em julgado. ---

----- Senhor **Presidente da Câmara** esclarece que independente de ele ter ou não transitado em julgado ela já teve a tramitação própria. O que importa aqui apreciar, disse, é a natureza política, alguém assumiu no passado sem dar conhecimento aos órgãos autárquicos, ninguém sabia da existência da carta de conforto que obrigaria a camara a assumir as dívidas da PFR Invest Pelo que conclui que é matéria de natureza política que merece o maior repúdio destas bancadas e da população em geral. -----

----- O Deputado **Abílio Fernandes** disse que fala-se sempre que é de natureza política, mas “*a seu tempo iremos ver no que é que isto vai dar.*”.--

----- A Assembleia Municipal deliberou tomar conhecimento. -----



-----PONTO ONZE-----

----- CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA E O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO "NORTE-10-0241-FEDER-000401 - DOSSIER DA OPERAÇÃO COM DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, CONTABILÍSTICA, FINANCEIRA E DAS AUDITORIAS; DEVOLUÇÃO DE MONTANTES RECEBIDOS DO ON.2; REMESSA DO ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- O Presidente da **Câmara Municipal** em relação a tratar-se a matéria de natureza política, deu nota que a dívida vai aumentar mais 203.000,00 euros, "*estas surpresas infelizmente estão sempre a acontecer*", disse referindo ao facto de ter de se devolver o montante transferido para o município referente a uma candidatura no âmbito do ON2 uma vez que não existe documentação que prove que a candidatura foi executada, assim para o ON2 como não há evidências que a mesma foi executada, tem de ser devolver as verbas transferidas. -----

----- Deputado **Rui Andrade** disse que foi feita uma visita pela CCDDR Norte junto do beneficiário para verificar evidências, e não conseguiu encontrar evidências. No entanto pelo que lê no dossier, o facto de a PFR Invest estar



a ser objeto de investigação e ter sido declarada insolvente, os documentos foram levados para serem investigados, pelo que considera que foi isso o motivo de não aparecerem. -----

----- Senhor **Presidente da Câmara** esclarece que a responsabilidade de ter estes documentos não era da PFR Invest, mas da Câmara Municipal e que, o executivo fez todos os esforços para encontrar evidências que justificassem os pagamentos, tendo inclusive solicitado esses elementos aos presidentes da PFR Invest e da Câmara municipal à data, sem que tivesse sucesso. No entanto foi decidido na reunião do executivo, por unanimidade, submeter o assunto ao Ministério Público, para ser objeto inquérito. -----

----- Deputado **Miguel Martins** questiona o Senhor Presidente da Câmara se nos desvios de fundos comunitários houve aproveitamento pessoal ou não.

----- O Vereador **António Coelho** pede para intervir em defesa da honra, a deu nota que todas as duvidas tem de ser dissipadas e que este discurso não pode ser recorrente, pelo que quer deixar bem claro que quando o atual executivo tomou posse o Presidente da Câmaras cessante, Pedro Pinto, reuniu com o Dr. Paulo Sérgio e com o atual Presidente da Câmara, Humberto Brito, dando nota que existiam vários dossier de extrema importância para o concelho que deveriam ser discutidos porque tinham prazos. Ao que lhe foi respondido que só falariam quando tomassem posse, no entanto depois não houve essa disponibilidade. No entanto esclarece que não levou nenhum o dossier para casa. Considera que quando se fala em desvio é conotado a um comportamento abusivo ou feito proveito próprio, pelo que alerta para o facto que quando diz que houve desvio, ofende a sua honra, uma vez que coloca a hipótese de o dinheiro ter sido usado para fins



personais, pelo que Solicita que todas as questões, relacionados sobre este assunto relativamente à utilização de dinheiros públicos sejam disponibilizadas às duas bancadas. -----

----- O **Presidente da Câmara** diz que foi claro sobre o que o fez trazer este assunto, a ausência de documentos, nomeadamente, flyers, outdoor, que, apesar dos esforços do atual executivo os encontrar, nunca tiveram sucesso, pelo que vão ter de devolver 230.000,00 euros. Quanto à sua disponibilidade, para reunir com o seu antecessor, disse que sempre foi total, inclusive houveram duas reuniões que foram adiadas, mas não foi por sua responsabilidade. Finaliza a sua intervenção que este assunto é matéria de natureza política. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou tomar conhecimento. -----



-----PONTO DOZE-----

----- DELOITTE PORTUGAL - ÁGUAS DE PAÇOS DE FERREIRA -
ANÁLISE DA REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÓMICO-
FINANCEIRO DA CONCESSÃO.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou tomar conhecimento. -----



-----PONTO TREZE-----

----- SOFIA GALVÃO, ADVOGADOS - NOTA JURÍDICA DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- O Deputado **Miguel Martins** volta a pedir uma cópia do memorando de entendimento, quando foi apresentado tinha validade até junho, depois foi prorrogado até setembro, pelo que, pelo que conclui que, atualmente, já não tem validade. -----

----- O **Presidente da Câmara** afirma que a questão da água é uma das matérias mais escrutinadas. Deu nota que a Ampliação da ETAR no memorando constava ser da responsabilidade da empresa concessionária agora é da Câmara. Afirma que as condições agora negociadas ainda são melhores uma vez que as obras de Sanfins já deram início, e o acordo para o reequilíbrio ainda é menor. Afirma ainda que o anterior executivo afirmava que era proibido por lei financiar o preço da água, mas isso não só não verdade como também não possível. De seguida questiona o anterior executivo de como foi possível pensar que o concelho teria 85 000 habitantes e gastar 130 litros de água por dia, com uma TIR de 10,61. -----



----- o Deputado **Miguel Martins** Disse pela intervenção do Senhor Presidente da Câmara conclui que o memorando apresentada está ultrapassado pelo que não percebe porque é que Senhor Presidente da Câmara esconde da assembleia municipal o novo memorando, uma vez que considera que é na assembleia municipal que se devem discutir esse tipo de assuntos. -----

----- o Deputado **Miguel Costa** diz que não compreende atitude da bancada do Partido Social Democrata uma vez que parece que quer que o partido socialista pare as negociações e preferem pagar os 137 milhões euros, na sua opinião qualquer resultado é melhor que pagar o Partido Socialista pagar os 137 milhões de euros, pelo que não entende a fixação da bancada do Partido Social Democrata no “*pseudo memorando*”. Lembra ainda que o povo de Paços de Ferreira elegeu as pessoas que têm o direito de negociar e que não são os membros da bancada do Partido Social Democrata, mas os membros da bancada do Partido Socialista. -----

----- O Deputado **João Vasconcelos** lembra que foi sugerido pelos membros da bancada do Partido Socialista a criação de uma comissão para acompanhar o assunto e os membros da bancada do Partido Social Democrata, não aceitaram. -----

----- O Deputado **António Fernandez** relativamente considera que o memorando tem um objetivo e que tem de ser reformulado em função das negociações que vão sendo desenvolvidas, pelo que considera que nada era mais simples do que ser criada uma comissão de acompanhamento. -----

----- O Deputado Miguel Martins disse que não aceitou a criação da comissão de acompanhamento “*porque não passava de um número de circo*”



[Handwritten signature]

para entreter a malta”, disse ainda que se o memorando, de acordo com informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, já está decidido, não percebe para que serve a comissão de acompanhamento. Lembra ainda que, se o anterior acordo foi desastroso o mesmo foi aprovado, por unanimidade.

----- O Deputado **Miguel Costa** disse que o que foi aprovado por unanimidade foi a concessão da água mas que o Partido Social “*não teve votos na matéria sobre as condições da concessão.*”. Lamenta que a bancada do Partido Social Democrata só queira papeis, uma vez que considera que quando se trata de negociações a bancada só deve desejar que as negociações sejam boas. -----

----- O Deputado **António Fernandez** disse que há variáveis que aquando da concessão não estavam corretas, mas considera que o mais grave é que todas as decisões foram tomadas sem qualquer acompanhamento. -----

-----O Deputado **Miguel Martins** o senhor presidente disse que tem um acordo que é ainda muito melhor, pelo que presume que as negociações ainda não estão fechadas. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que se fosse para falar sobre a matéria da água estaria a falar toda a noite, pelo que lembra que estes assuntos são para conhecimento e não para votação, pelo que é um processo com total transparência. Lembro ainda que são eleitos pelos partidos, mas representam o povo. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou tomar conhecimento. -----



-----PONTO CATORZE-----

----- MOÇÃO APROVADA NA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
FRAZÃO/ARREIGADA, SOBRE A DESAGREGAÇÃO DE
FREGUESIAS. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- O **Presidente da Câmara** e disse que foi a posição da Junta de
Freguesia, que o executivo respeita, e tudo fará para que consigam levar a
bom porto. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou tomar conhecimento. -----



-----PONTO QUINZE-----

----- MOÇÃO PELA DIGNIFICAÇÃO DO INSTITUTO
POLITÉCNICO DE VISEU E OUTROS, DESIGNANDO-OS POR
“UNIVERSIDADES POLITÉCNICAS”, OU “UNIVERSIDADES DE
ESTUDOS AVANÇADOS”, DE MODO A PODEREM ATRIBUIR O
GRAU DE DOUTOR.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou tomar conhecimento e decidiu dar
conhecimento aos interessados, nas não existem condições para votar esta
moção. -----



-----PONTO DEZASSEIS-----

----- RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ DE PAÇOS
DE FERREIRA – 2016. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou tomar conhecimento. -----



-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO-----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e dela, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser submetida à discussão e votação na próxima sessão. -----

----- A MESA -----

João Manuel Borges
João Carlos da Silva
Manoel Luís Alves Carneiro